

INCA promove debate de políticas de rastreamento populacional de câncer

20/04/2009

Terminou, na última sexta-feira (17), no Rio de Janeiro, o Encontro Internacional sobre Rastreamento de Câncer de Mama, promovido pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA). Foram dois dias de debates sobre evidências científicas disponíveis e as experiências com rastreamento populacional do câncer de mama.

Télia Negrão, presidente da Rede Nacional Feminista da Saúde e Direitos Reprodutivos, abriu o encontro. “É a primeira vez que participamos dessa discussão sobre câncer. Lutamos pela autonomia dos corpos das mulheres, mas às vezes esquecemos de lutar pelas causas que adoecem e matam as mulheres”, ressaltou. O encontro reúne 150 pessoas, entre gestores de saúde, representantes de organizações da sociedade civil que atuam nessa área, sociedades e associações médicas, universidades e institutos de pesquisa. No grupo, também estão alguns dos maiores especialistas em rastreamento do Brasil, Canadá, Estados Unidos, Holanda, Itália e Noruega.

O diretor-geral do INCA, Luiz Antonio Santini, ressaltou a importância do debate. “Não há verdade absoluta sobre o que fazer, mas tem de haver comprometimento”, afirmou. “O encontro não precisa ser ameno, pode ser quente. Mas a energia tem de ser canalizada de forma a produzir resultado, e não apenas calor”, acrescentou. O objetivo principal do encontro, ao comparar a experiência nacional em rastreamento de câncer de mama com a de outros países é buscar ações para a redução de mortalidade e melhor qualidade de vida para as mulheres com câncer, disse o diretor.

O diretor da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), James Hospedalis, também elogiou a importância da discussão. “Não precisamos chegar a um consenso, mas gerenciar as diferenças. É importante estarmos unidos, porque não há conscientização dos políticos e dos gestores da área econômica em todo o mundo sobre a importância do câncer e outras doenças crônicas”, lembrou. A partir das discussões do encontro, o INCA vai elaborar material técnico para subsidiar o Ministério da Saúde na regulamentação da Lei 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre as ações de saúde integral da mulher.

A nova legislação, que entra em vigor no dia 29 de abril, suscitou discussão sobre a idade adotada para rastreamento populacional de câncer de mama ao determinar que todas as mulheres tenham direito à mamografia a partir dos 40 anos. O rastreamento é uma estratégia de monitoramento das mulheres sem sintomas, com a realização de exames regulares, com a finalidade de diagnosticar precocemente possíveis casos da doença na faixa etária de maior risco e incidência. No Brasil, o Consenso de Mama (documento elaborado em 2004 por gestores, ONGs, sociedades médicas universidades) recomenda como estratégia de controle da doença o exame clínico anual das mamas em mulheres de 40 a 49 anos, além da realização de mamografia para a faixa etária de 50 a 69 anos, repetida a cada dois anos.

Também faz recomendações específicas para mulheres pertencentes a grupos populacionais com risco elevado de desenvolver câncer de mama, que são exame clínico e mamografia anual a partir dos 35 anos. Hoje, o Sistema Único de Saúde (SUS) realiza mamografia para todas as mulheres que tenham indicação médica de fazer o exame, sem limite de idade. Esse evento é mais uma atividade no âmbito da Aliança da América Latina e Caribe para o Controle do Câncer, apoiada pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), e conta com a participação de representantes dos países que compõem a Aliança da América Latina e do Caribe para Controle do Câncer (México, Cuba, Argentina, Chile, Peru, Uruguai e Colômbia).

O pesquisador alemão Lawrence von Karsa, da Agência Internacional para Pesquisa sobre Câncer (IARC), um dos autores e responsáveis pela implementação das recomendações europeias para o rastreamento, falou sobre a importância de monitoramento e avaliação dos programas. Em sua palestra, Lawrence mostrou um panorama das ações de rastreamento de câncer de mama nos 27 países que compõem a União Europeia. “Não queremos apenas que criem programas, mas que se criem programas com a qualidade necessária para, daqui a dez anos, vejamos os resultados”, afirmou. O pesquisador apresentou as diretrizes recomendadas pelo Conselho da União Europeia, de 2003, acordado em consenso pelos países.

Representando o Canadá, o epidemiologista (PhD) Andrew Coldman, responsável pela prevenção oncológica da British Columbia Cancer Agency (BCCA), apresentou estatísticas dos mais de 20 anos do programa de rastreamento de 13 províncias do país. De acordo com ele, a efetividade do monitoramento das mulheres sem sintomas por mamografia é maior na faixa etária de 50 a 69 anos, em comparação aos resultados encontrados nas outras faixas de idade (acima ou abaixo).

Outras informações
Assessoria de Imprensa do INCA
(21) 2506 6646